



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CONDE

Nº 1.054

Conde, 06 de abril de 2015.

CRIADO PELA LEI 156/95.

ATOS DO PODER EXECUTIVO

SECRETARIA DE TRABALHO E AÇÃO SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 001/2015-CMDCA, DE 04 DE ABRIL DE 2015.

Dispõe sobre a criação da Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Conde.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Conde, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, definidas no art. 88, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com as alterações introduzidas pela Lei 12.010/2009, e pela Lei Municipal nº. 373 de 24 de novembro de 2005, com redação alterada pela Lei Municipal nº 865/2015, de acordo com a deliberação da Plenária Extraordinária em 04 de Abril de 2015, Conforme Ata nº. 008, e.

CONSIDERANDO que compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regulamentar o processo de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares, bem como convocá-lo na forma da Lei nº 8.483, de 29 de setembro de 2006 e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA;

CONSIDERANDO que o processo eleitoral será organizado mediante Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e, sob a fiscalização do Ministério Público do Estado da Paraíba, nos termos do art. 139, da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, ECA, com redação alterada pela Lei nº 12.696, de 25 de julho de 2012, e na forma estabelecida na Lei Municipal nº 373, de 24 de novembro de 2005 com redação alterada pela Lei Municipal nº 865/2015;

CONSIDERANDO o escopo de proporcionar razoabilidade organizacional, para que não provoquem prejuízos ou inviabilizem que as providências necessárias sejam adotadas dentro do prazo legal.

RESOLVE EXPEDIR A SEGUINTE INSTRUÇÃO:

Art. 1º. Constituir Comissão Especial Eleitoral, encarregada de organizar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de Conde-PB, composta por três fases eliminatórias: inscrição, teste de conhecimento específico e eleição dos candidatos aprovados.

Art. 2º. A Comissão Especial Eleitoral será constituída pelos seguintes conselheiros:

- Iara Enéas da Silva, representante do Poder Público;
- Alexandre Soares Moura, representante do Poder Público;
- Francisca Ferreira V. de L. Mesquita, representante da Sociedade Civil;
- Josélia Maria dos Santos, representante da Sociedade Civil.

§ 1º. A Comissão Especial Eleitoral será coordenada pela presidente do CMDCA, a Senhora Iara Enéas da Silva;

§ 2º. Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro(a), ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrastra ou tios, que irão participar do processo;

§ 3º. Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto § 2º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por qualquer outro conselheiro, inclusive suplente;

Art. 3º. Para auxiliar a Comissão serão criadas subcomissões sendo estas compostas por conselheiros titulares ou suplentes do CMDCA.

Art. 4º. Compete à Comissão Especial Eleitoral:

I - Conduzir o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, cumprindo o disposto no Edital nº 001/2015, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e demais normas aplicáveis;

II - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de registro e impugnação de candidaturas e outros incidentes ocorridos na realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

III - Dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;

IV - Receber as impugnações apresentadas contra candidatos que não atendam os requisitos exigidos, fornecendo protocolo ao impugnante;

V - Notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

VI - Decidir, em primeira instância administrativa, acerca da impugnação das candidaturas, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências;

VII - Realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados para o processo eleitoral, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

VIII - Escolher e divulgar os locais de votação e apuração dos votos;

IX - Realizar, com apoio do Poder Executivo municipal, as gestões necessárias à obtenção de urnas eletrônicas e listas de eleitores, efetuando todo planejamento necessário para que sejam cumpridos os prazos estabelecidos, inclusive pela Resolução nº 22.685/2007 do TSE;

X - Providenciar a confecção das células para votação manual, conforme modelo a ser aprovado;

XI - Adotar todas as providências necessárias para a realização do pleito, podendo, para tanto, selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

XII - Solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

XIII - Estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

XIV - Analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

XV - Divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação;

XVI - Notificar pessoalmente o Ministério Público, com a antecedência devida, de todas as etapas do certame, dias e locais de reunião e decisões tomadas pelo colegiado;

XVII - Divulgar amplamente o pleito à população, com o auxílio do CMDCA e do Poder Executivo local, estimulando ao máximo a participação dos eleitores;

XVIII - Resolver os casos omissos.

Art. 5º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer à Comissão Especial Eleitoral assessoria técnica (inclusive jurídica) necessária ao regular desempenho de suas atribuições.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da data da aprovação em Plenária do CMDCA.

SALA DE SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, em Conde - Paraíba, aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. (04/04/2015).

Iara Enéas da Silva
Iara Enéas da Silva
Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 002/2015-CMDCA, DE 04 DE ABRIL DE 2015.

Regulamenta o Processo de Seletivo dos membros do Conselho Tutelar no âmbito do Município de Conde-PB, quadriênio 2016-2019 e dá outras providências.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Conde, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, definidas no art. 88, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com as alterações introduzidas pela Lei 12.010/2009, e pela Lei Municipal nº. 373 de 24 de novembro de 2005, com redação alterada pela Lei Municipal nº 865/2015, de acordo com a deliberação da Plenária Extraordinária em 04 de Abril de 2015, Conforme Ata nº. 008, baixa a seguinte Deliberação:

**CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º - Esta Resolução regulamenta o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar de Conde, em suas três fases eliminatórias: inscrição, teste de conhecimentos e eleição através do edital 001/2015.

§ 1º - Serão oferecidas 10 (dez) vagas, sendo 05 (cinco) para conselheiros tutelares titulares e 05 (cinco) para conselheiros tutelares suplentes;

§ 2º - Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos pela comunidade local, através de eleição direta, realizada sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a fiscalização do Ministério Público, dentre os candidatos aprovados em teste de conhecimentos;

§ 3º - O cargo de conselheiro tutelar é de dedicação exclusiva, inadmissível sua acumulação com outra função pública para o exercício das funções previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 373/2005 e 865/2015, durante mandato de quatro anos (2016-2019);

§ 4º - Cada conselheiro tutelar prestará 40 horas semanais, incluindo-se o plantão, na forma do respectivo regimento interno, percebendo a remuneração de 01 (um) salário mínimo vigente mensalmente, não gerando relação de emprego com a municipalidade, sendo eleito servidor público municipal, ficando-lhe assegurado optar pelos vencimentos e vantagens do seu cargo, vedada a acumulação de vencimento;

§ 5º - Ao conselheiro tutelar aplica-se o regime jurídico dos servidores civis do município de Conde-PB.

Art. 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente escolherá 4 (quatro) dentre seus membros, para comporem a Comissão Especial Eleitoral, de caráter paritário, encarregada pela condução do processo de escolha dos Conselheiros Tutelares, inclusive a fim de atuar como Junta Apuradora para contagem e apuração dos votos, conforme Art. 8, Parágrafo Primeiro da Lei Municipal nº 865/2015.

§ 1º - A Comissão Especial Eleitoral será coordenada pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

§ 2º - Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou que possuam cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, como: filhos, pais, irmãos, enteados, padrasto, madrasta ou tios, que irão participar do processo;

§ 3º - As subcomissões de auxílio à Comissão Especial Eleitoral poderão ser compostas também pelos suplentes;

§ 4º - Caso qualquer membro venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §2º deste artigo, será afastado da Comissão Especial Eleitoral enquanto permanecer tal situação, sendo atribuído por qualquer outro Conselheiro Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive suplente;

§ 5º - Enquanto impedidos, os Conselheiros poderão fazer parte das subcomissões, mas não participarão da correção do teste de conhecimentos nem das mesas apuradoras.

**CAPÍTULO II
DAS INSCRIÇÕES E DO TESTE DE CONHECIMENTO**

Art. 3º - As inscrições para o processo seletivo dos membros do Conselho Tutelar serão realizadas entre 08 de abril a 08 de maio de 2015, das 08:00 às 13:00 horas, na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, localizada à Rua Nossa Senhora da Conceição, nº 82 - Centro, nesta cidade.

§ 1º - Somente poderá inscrever-se o candidato que preencher os seguintes requisitos:

- I** - Contar com a idade mínima de 21 (vinte e um) anos;
- II** - Ter formação no Ensino Médio;
- III** - Residir neste município há mais de dois anos;
- IV** - Estar quite com a Justiça Eleitoral e, no caso do sexo masculino, também com o Serviço Militar;
- V** - Possuir reconhecida idoneidade moral;
- VI** - Ter domicílio eleitoral neste Município há mais de dois anos;
- VII** - Obter aprovação em teste de conhecimentos promovido pela Comissão Especial Eleitoral, que verse principalmente sobre os princípios e as normas gerais do Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º - A candidatura é individual e sem vinculação a partido político;

§ 3º - Ao inscrever-se, o candidato apresentará, para simples conferência, documento de identificação e CPF e assinará requerimento endereçado à Comissão Eleitoral (Anexo I), no qual declarará possuir os demais requisitos legais para a função, como dispõem o Art. 5º da Lei Municipal nº 865/2015;

§ 4º - Atuado o pedido de inscrição, a Comissão Eleitoral expedirá edital com o nome dos habilitados ao pleito eleitoral, estabelecendo o prazo de 05 (cinco) dias para o recebimento de impugnação por qualquer cidadão de Riachão do Poço, a ser entregue na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, das 08:00h às 13:00h.

Parágrafo Único - Decorrido o prazo acima, havendo impugnação, o candidato será notificado, por edital para apresentar defesa em 02 (dois) dias. Não havendo impugnação ou após o período de defesa, os autos serão remetidos à Comissão Eleitoral, sob a fiscalização do Ministério Público, decidindo no prazo de 02 (dois) dias para cada ato;

§ 5º - Esta Resolução será divulgada no Diário Oficial do Município, nos Órgãos Públicos Municipais, nas rádios comunitárias e em demais veículos de comunicação local;

Art. 4º - O teste de conhecimentos será aplicado em 28 de Junho de 2015, das 08:00 às 12:00 horas, na Escola Municipal Gov. Pedro Gondim, nesta cidade, devendo os candidatos chegarem ao local com meia hora de antecedência, de posse do comprovante de inscrição e de seu documento de identidade com foto.

§ 1º - O teste supracitado conterá questões que busquem averiguar o conhecimento do candidato quanto ao Estatuto da Criança e do Adolescente;

§ 2º - Considerar-se aprovado o candidato que realizar 50% do teste citado no caput;

§ 3º - A lista dos candidatos aptos será publicada nos veículos de comunicação;

§ 4º - O teste de conhecimentos é eliminatório, no entanto sua classificação poderá servir para a finalidade do Art. 7, § 3º da Lei Municipal nº 865/2015;

§ 5º - Os candidatos inabilitados ao teste de conhecimento poderão oferecer impugnação ao resultado a ser endereçada à Comissão Eleitoral e entregue no local e horário estabelecido no Edital, citados no art. 3º, do caput, dentro de 48 (quarenta e oito) horas contadas da publicação do resultado oficial, sendo permitida a revisão dos gabaritos neste prazo.

§ 6º - Após o resultado dos eventuais recursos, a Comissão Eleitoral publicará edital, nos murais de praxe, com a relação definitiva dos aprovados.

**CAPÍTULO III
DA HABILITAÇÃO PARA O PLEITO ELEITORAL**

Art. 5º - Os candidatos aprovados no teste de conhecimentos que desejarem habilitar-se para a eleição deverão entregar na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, em data, local e hora a serem publicados mediante Edital, os seguintes documentos:

- 1 - Fotocópia da cédula de identidade e CPF;
- 2 - Fotocópia do comprovante de domicílio no Município de Conde-PB a há pelo menos dois anos; A comprovação dar-se-á através da: 2.1 - Apresentação de documentos (contrato de locação, contas de água, luz, telefone, entre outras) que atestem residência em nome do Interessado;
- 3 - Fotocópias do comprovante de votação na última eleição ou de justificativa da ausência;
- 4 - Fotocópia do certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
- 5 - Fotocópia do certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente ao 2º grau;
- 6 - A comprovação da reconhecida idoneidade moral do interessado, dar-se-á através da apresentação do Atestado de Bons Antecedentes emitido por órgão competente (Delegacia de Polícia Civil) e Antecedentes Criminais (Fórum), sendo vedada a habilitação como candidato o interessado que possua certidão positiva, civil ou criminal, que contenha medida judicial incompatível com o exercício da função de conselheiro tutelar.

§ 1º - Não será necessário que as fotocópias sejam autenticadas pelo Tabelionato de Notas, mas, não o sendo, deverão ser apresentados os originais para conferência.

§ 2º - Na ocasião do caput, o candidato deverá assinar, sob pena de ser inabilitado ou ter o mandato cassado, caso se comprove o contrário, declaração de que reside em Conde-PB, há mais de dois anos (anexo II).

Art. 6º - Definidos os candidatos que concorrerão ao pleito, a Comissão Eleitoral expedirá edital, especificando seus nomes e números de inscrição, bem como o dia, horário e local da eleição, os quais serão amplamente divulgados.

§ 1º - A partir da publicação do edital supracitado e até a véspera da eleição, os candidatos poderão realizar propaganda eleitoral relativa a seu nome e número de inscrição, vedada a veiculação de bens públicos, na imprensa escrita e em rádios;

§ 2º - O candidato que realizar propaganda eleitoral indevida será penalizado com a cassação de seu mandato;

**CAPÍTULO IV
DA VOTAÇÃO**

Art. 7º Serão escolhidos três candidatos deste município, preferencialmente funcionários públicos municipais, para comporem cada uma das mesas receptoras dos votos, cujos nomes serão divulgados em edital afixado nos murais de praxe até dez dias antes das eleições.

§ 1º - Não poderão ser mesários:

- I. os candidatos, seus cônjuges e seus parentes, ainda que por afinidade, até o segundo grau;
- II. as autoridades e os agentes policiais;
- III. os membros, titulares ou suplentes, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV. o Prefeito Municipal e os Vereadores.

§ 2º - Caso um dos membros da mesa receptora não compareça na data da eleição, os remanescentes designarão para tal função outro cidadão de ilibada conduta que aceite o encargo, observados os requisitos do § 1º supracitado.

Art. 8º - O voto, que será secreto e facultativo, dar-se-á em cédula única, a qual será devidamente rubricada por dois membros da mesa receptora, no momento da entrega ao eleitor.

§ 1º - Somente serão aptos a exercer o direito de voto os eleitores da circunscrição eleitoral deste município de Conde-PB.

§ 2º - O eleitor apresentará seu documento a um membro da mesa receptora, que conferirá a lista de votantes em seu poder. Constatando o seu nome, este solicitará sua assinatura e entregará-lhe-a a cédula e aquele se dirigirá

a uma cabina indevassável, onde marcará com X os números de inscrição de 05 (cinco) candidatos de sua preferência e, em seguida, dobrando a cédula, na presença dos integrantes da mesa receptora, depositá-la na respectiva urna;

§ 3º - A cédula não poderá conter quaisquer sinais que identifiquem o votante ou impossibilitem o conhecimento da manifestação, sob pena de nulidade do voto.

§ 4º - O voto também será considerado inválido se não contiver o número de inscrição dos candidatos ou se indicar mais de 05 (cinco) candidatos.

Art. 9º - O candidato poderá fazer-se presente na seção eleitoral para fiscalizar os trabalhos, sendo-lhe vedado realizar qualquer manifestação tendente a influir na vontade do eleitor e permitido o uso de camisas e adesivos de propaganda.

Parágrafo Único - O candidato que desatender ao disposto no caput será afastado das proximidades da seção eleitoral.

CAPÍTULO V DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 10 - Encerrada a coleta dos votos, as Mesas Receptoras lavrarão ata circunstanciada e encaminharão as urnas à Comissão Eleitoral, que, na mesma data, deverá proceder à sua abertura, contagem e lançamento de votos, de tudo lavrando-se ata circunstanciada assinada pelos seus integrantes e pelos candidatos presentes, sob a fiscalização destes e do Ministério Público.

§ 1º - Poderão ser formadas até seis mesas para contagem de votos, com três membros cada uma, compostas por conselheiros do CMDCA, titulares ou suplentes e por outras pessoas de reconhecida idoneidade moral com nomeação previamente divulgada com prazo de cinco dias para apresentação de impugnação por qualquer pessoa da comunidade. Aplica-se aqui o previsto no Art. 2º § 2º dessa resolução.

§ 2º - Os votos atribuídos a cada candidato serão lançados em formulário próprio, rubricado pelos integrantes da Comissão Eleitoral, sob fiscalização do Ministério Público e dos candidatos que o desejarem.

§ 3º - Após a contagem, os votos serão novamente colocados na urna e esta lacrada, devendo ser conservados pelo prazo de trinta dias, após o que, em data divulgada por edital publicado nos murais de praxe, serão incinerados pelos membros da Comissão Eleitoral, que lavrarão ata circunstanciada a respeito do fato.

Art. 11 - As impugnações e reclamações serão decididas no curso de apuração, definitivamente, pela Comissão Eleitoral, por maioria dos votos.

CAPÍTULO VI DA PROCLAMAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE DOS ELEITOS

Art. 12 - Concluída a apuração dos votos, a Comissão Eleitoral proclamará o resultado da eleição, mandando publicar edital, nos murais de praxe, com os nomes e números de inscrição dos candidatos e a respectiva quantidade de votos recebidos.

§ 1º - Os 05 (cinco) primeiros mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais, pela ordem de votação, como suplentes.

§ 2º - Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato que alcançou o melhor desempenho no teste de conhecimentos e, persistindo aquela situação, o mais idoso.

§ 3º - Dentro de 30 (trinta) dias após a publicação do edital do caput, os eleitos serão diplomados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que oficiará ao Prefeito Municipal para que sejam nomeados e empossados.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13 - A contabilidade das receitas e despesas relativas ao processo seletivo será realizada por um membro da Comissão Eleitoral, que prestará contas ao Plenário.

Art. 14 - Os casos omissos serão decididos pela Comissão Eleitoral, observadas as finalidades do Estatuto da Criança e do Adolescente, os costumes e os princípios gerais do Direito.

Parágrafo único - Havendo necessidade, será publicada nova Resolução do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que venha a complementar esta matéria.

Art. 15 - Os prazos previstos nesta Resolução poderão ser prorrogados ou diminuídos pela Comissão Eleitoral, demonstrada a necessidade.

Art. 16º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir da data da aprovação em Plenária do CMDCA.

SALA DE SESSÕES DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, em Conde - Paraíba, aos quatro dias do mês de abril do ano de dois mil e quinze. (04/04/2015).

Iara Enéas da Silva
Iara Enéas da Silva
Presidente do CMDCA

EDITAL Nº 001/2015

Dispõe sobre a convocação para o PROCESSO DE ESCOLHA para membros do CONSELHO TUTELAR de Conde-Paraíba, Quadrênio 2016/2019, e dá outras providências.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CONDE-PB - CMDCA/CONDE no uso da atribuição legais e constitucionais, definidas no art. 88, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, com as alterações introduzidas pela Lei 12.010/2009, Resolução CNAS nºs 139/2010 e 170/2014, e pela Lei Municipal nº 373/2005, com redação alterada pela Lei Municipal nº 865/2015, e Resolução 002/2015 - CMDCA. **Faz publicar o Edital de Convocação para o Primeiro Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2016/2019.**

1. OBJETIVO

1.1 - O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, pela Lei Municipal nº 373/2005 com alterações introduzidas pela Lei Municipal nº 865/2015 e Resolução nº 002/2015 do CMDCA, o qual será realizado sob a responsabilidade Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. CONSELHO TUTELAR

Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

Em cada Município e em cada Região Administrativa haverá, no mínimo, 01 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 04 (quatro) anos, permitida 01 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.

O processo de escolha para a função de conselheiro tutelar será para o preenchimento de cinco membros titulares e suplentes.

O CMDCA, no uso de suas atribuições, publicará editais específicos no Diário Oficial do Município, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares.

As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS

3.1 - Reconhecida idoneidade moral, atestada por duas pessoas alistadas eleitoralmente no Município de Conde, ou área de jurisdição do respectivo Conselho Tutelar, observados os impedimentos legais relativos ao grau de parentesco;

3.2 - Idade superior a vinte e um anos no ato da inscrição;

3.3 - Residência e domicílio eleitoral no Município de Conde-PB, de no mínimo (dois) anos comprovadamente;

3.4 - Apresentação das certidões negativas da Polícia Civil, Polícia Federal, Justiça Estadual e Justiça Federal;

3.5 - Comprovada atuação na área da infância e juventude de, no mínimo, 01 (um) não no Município de Conde, relacionada à promoção, proteção, protagonismo, controle social e gestão política dos direitos da criança e do adolescente;

3.6 - Solicitação da candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas;

3.7 - Ensino Médio completo, concluído até a data da inscrição;

3.8 - Disponibilidade para exercer a função pública de conselheiro tutelar com dedicação exclusiva, sob pena das sanções legais;

processo de escolha.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1 - Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais.

4.2 - O valor do vencimento será de 01 (um) salário mínimo vigente, bem como gozarão os conselheiros dos Direitos previstos no art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Em consonância com a lei Municipal nº 373/2005.

5. DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

5.1 - A participação no presente Processo de Escolha iniciar-se-á pela inscrição por meio de requerimento, e será efetuado no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

5.2 – A inscrição somente será efetuada pessoalmente, na sede da Secretaria de Trabalho e Ação Social, situada na Rua.: Nossa Senhora da Conceição, nº 82– Centro – Conde-PB, pelo período de 08 de Abril a 08 de maio de 2015, das 08h00min às 13h00min.

5.3 – As informações prestadas na inscrição são de total responsabilidade do candidato.

5.4 – Ao realizar a inscrição, o candidato deverá apresentar original e cópia dos documentos a seguir:

- a) Atestado/declaração de idoneidade moral (modelo a ser fornecido pelo CMDCA);
- b) Documentos de identidade pessoal com foto, CPF, comprovante de residência, título de eleitor e comprovante de quitação com as obrigações eleitorais e, no caso do sexo masculino, também com o Serviço Militar;
- c) Certidão de antecedentes criminais expedidas pela Polícia Civil, Polícia Federal, Justiça Estadual e Justiça Federal;
- d) Pedido/Ficha de inscrição individual, (modelo a ser fornecido pelo CMDCA);
- e) Certificado de conclusão do Ensino Médio emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
- f) Declaração de pelo menos 01 (uma) instituição da infância e juventude do Município de Conde, que comprove atuação do candidato por, no mínimo, 01 (um) ano na promoção, proteção, controle social e gestão política dos direitos da criança e do adolescente;
- g) Declaração de disponibilidade para o exercício da função pública de conselheiro tutelar com dedicação exclusiva, sob pena das sanções legais, (modelo a ser fornecido pelo CMDCA);
- h) Declaração de responsabilidade acerca das informações prestadas ou cláusula constante do termo de inscrição onde o candidato se responsabilize pelas informações prestadas no momento da inscrição, (modelo a ser fornecido pelo CMDCA).

6. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

ETAPAS	DATAS
Inscrição e entrega de documentos	08/04 a 08/05/2015
Análise de pedidos de registro de Candidatura	11/05 a 15/05/2015
Publicação da Relação dos Candidatos Inscritos	18/05/2015
Impugnação de candidatura	5 dias a contar da publicação
Notificação dos candidatos impugnados	25/05 a 29/05/2015
Apresentação de defesa candidato impugnado	01/06 a 02/06/2015
Análise e decisão dos pedidos de impugnação	09/06/2015
Interposição de Recurso ao pleno do CMDCA	10/06/2015
Análise e decisão dos recursos	16/06 a 19/06/2015
Curso de capacitação	25/06/2015
Prova Eliminatória	28/06/2015
Divulgação do gabarito	30/06/2015
Publicação relação dos candidatos habilitados	01/07/2015
Prazo para recurso	02/07/2015
Publicação relação dos candidatos habilitados após recurso	07/07/2015
Reunião para firma compromisso	09/07/2015
Divulgação dos locais do processo de escolha	01/09/2015
Eleição – processo de escolha unificado	04/10/2015
Divulgação do resultado da escolha	Imediatamente após apuração
Diplomação	01/12/2015
Posse dos Conselheiros	10/01/2015

7. DA PRIMEIRA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

O CMDCA, por meio de sua Comissão Especial, procederá a análise dos documentos apresentados em consonância com o disposto no item 5.4 do presente edital, seguida da publicação da relação dos candidatos inscritos dentro do prazo previsto.

O processo de escolha para o conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de 10(dez) pretendentes devidamente habilitados.

Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso, conforme disposição do art. 13, § 1º da Resolução nº 170/2014 – CONANDA. Caso não se atinja o número mínimo de 10 (dez) pretendentes habilitados, realizar-se-á o certame com o número de inscrição que houver.

8. DA IMPUGNAÇÃO ÀS CANDIDATURAS

A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos inscritos poderá qualquer cidadão acima de 18 (dezoito) anos e dotado de capacidade civil, requerer, em até 05 (cinco) dias, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a impugnação de candidaturas, em petição fundamentada.

O candidato que teve sua candidatura impugnada poderá apresentar defesa no prazo de 02 dias.

A comissão especial analisará a defesa apresentada, podendo ouvir testemunhas, determinar a juntada de documentos e realizar diligências, conforme art. 11, § 3º, I e II da Resolução nº 170/2014 do CONANDA.

O resultado da análise da impugnação pela comissão eleitoral especial será divulgado no dia 09/06/2015.

Da decisão acerca da análise da impugnação caberá recurso do candidato à plenária do CMDCA, que deverá decidir em até 01 (um) dia.

9. DA SEGUNDA ETAPA – EXAME CONHECIMENTO ESPECÍFICO

O exame de conhecimento específico ocorrerá no dia 28/06/2015 (domingo).

O exame de conhecimento específico consistirá em prova objetiva de caráter eliminatório com as seguintes regras:

- I** – A prova versará exclusivamente sobre a Lei Federal nº. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
- II** – O exame de conhecimento constará de 20 (vinte) questões objetivas, valendo 5 (cinco) pontos por questão;
- III** – Será aprovado o candidato que obtiver nota mínima de 50 (cinquenta) pontos, equivalente a 50% (cinquenta por cento);
- IV** – A prova será elaborada por uma comissão examinadora, composta por profissionais com notório e reconhecido conhecimento sobre a Lei Federal nº. 8.069/90.

A divulgação do Gabarito será publicado no Diário Oficial do Município e afixado no mural da Prefeitura no dia 30/06/2015.

Publicação da relação dos candidatos habilitados será publicado no Diário Oficial do Município e afixado no mural da Prefeitura no dia 01/07/2015.

Do resultado do exame caberá recurso à comissão eleitoral especial no prazo de 01 (um) dia, qual seja 02/07/2015.

Após análise pela Comissão Especial, será divulgada lista dos candidatos aptos à eleição, após recurso, no dia 07 de julho de 2015.

A comissão examinadora, que deverá elaborar o exame de conhecimento específico, analisar, corrigir e encaminhar os resultados à comissão especial, dentro do prazo estabelecido.

A comissão examinadora compromete-se a manter sigilo acerca do conteúdo do exame eliminatório.

10. DA TERCEIRA PARTE – DIA DA ESCOLHA DOS CONSELHEIROS

O dia da escolha dos conselheiros ocorrerá em data unificada em todo o território nacional: **04 de outubro de 2015, das 08h às 17h.**

O voto será facultativo e secreto.

A divulgação dos locais de escolha ocorrerá com antecedência mínima de 20 dias da data da escolha unificada e caberá ao CMDCA fazer ampla divulgação dos locais, utilizando todos os meios de comunicação possíveis.

11. DAS CONDUTAS VEDADAS

No processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Além dessas, são consideradas condutas vedadas aquelas na legislação eleitoral, no que for cabível, com o intuito de evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

A confecção, utilização e distribuição por candidato ou por terceiro com o seu conhecimento, de camisetas, chaveiros, bonés, brindes, cesta básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.

A doação, o oferecimento, a promessa ou a entrega ao eleitor, pelo candidato ou por terceiro com o seu conhecimento, de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, com o fim de obtenção de voto;

O transporte de eleitores no dia da eleição, ressalvados o serviço em veículos coletivos de linhas regulares e não fretados, o uso exclusivo de veículo por seu proprietário e seus familiares, o serviço normal, sem finalidade eleitoral, de veículos de aluguel e a disponibilização a Comissão Eleitoral de veículos públicos ou particulares, que não poderão ostentar propaganda de qualquer candidato e deverão ser por aquela, identificados com a indicação, à disposição do CMDCA.

12. COMISSÃO ELEITORAL

12.1 – Fica criada a comissão especial, de formação paritária, composta por quatro membros, sendo 02 (dois) representantes do governo municipal e 02 (dois) conselheiros representantes da sociedade civil;

12.2 – A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;

12.3 – É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios;

12.4 – A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

12.5 – A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências;

12.6 – Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade;

12.7 – Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público;

12.8 - A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda;

12.9 - A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

12.10 A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

12.11 - O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 04 de outubro de 2015;

12.12 - O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação;

12.13 - A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

13. DOS IMPEDIMENTOS

13.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

13.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA.

13.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

14. EMPATE

14.1 - Em caso de empate, terá preferência na classificação, sucessivamente: o candidato que obtiver maior nota no Exame de Conhecimento Específico; com maior tempo de experiência na promoção, defesa ou atendimento na área dos direitos da criança e do adolescente; ou, persistindo o empate, o candidato com idade mais elevada.

15. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

15.1 - Ao final de todo o processo, a comissão Especial divulgará o nome dos 05(cinco) conselheiros tutelares escolhidos e dos suplentes.

16. DOS RECURSOS

16.1 - Os recursos, devidamente fundamentados, deverão ser dirigidos ao PRESIDENTE DA Comissão Especial do processo de Escolha e protocolados na Secretaria do CMDCA, respeitados os prazos estabelecidos neste Edital;

16.2 - Julgados os recursos, o resultado final será homologado pelo Presidente da Comissão Especial do Processo de escolha;

16.3 - A decisão exarada nos recursos pela Comissão Especial do Processo de Escolha é irrecurível na esfera administrativa.

17. DA POSSE

17.1 - Concluída a apuração dos votos, a Comissão Eleitoral proclamará o resultado da eleição, mandando publicar com os números de inscrição dos candidatos e a respectivas quantidades de votos recebidos.

17.2 - O mandato será de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

17.3 - O conselheiro tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do referido processo de escolha.

17.4 - A posse dos conselheiros tutelares dar-se-á pelo Prefeito Municipal no dia 10 de Janeiro de 2016.

18. DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº. 8.069/90 e nas Leis Municipais nº 373/2005 e 865/2015.

18.2 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes ao processo de escolha unificado dos conselheiros tutelares.

18.3 - O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato do pleito.

18.4 - O presente edital foi elaborado com base na Lei Federal nº. 8.069/1990 e Resoluções do CONANDA.

Iara Enéas da Silva
Iara Enéas da Silva
Presidente do CMDCA

ANEXO I

Ilustríssima Senhora
IARA ENÉAS DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Conde-PB/

Eu, _____, nascido(a) em ____/____/____, portador (a) do RG nº _____, e CPF sob o nº _____ residente e domiciliado

_____, inscrito no Processo Escolha para membro do Conselho Tutelar de Conde/PB, sob o nº _____, assumo possuir os requisitos estabelecidos no **art. 3º, §1º, da Resolução nº 002/2015** do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, os quais me comprometo a comprovar na fase prevista no **art. 5º do mesmo ato normativo**, sob pena de ser excluído desse certame. Declaro ter ciência de todos os termos da mencionada Resolução.

Conde-Paraíba, ____/____/2015.

Assinatura do(a) candidato(a)

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Candidato:	Inscrição:	Data:

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE MORAL

Eu, _____, nacionalidade: _____, Profissão: _____, estado civil: _____, portador da Cédula de Identidade nº: _____, e CPF sob o nº: _____, residente e domiciliado _____ CEP: _____

DECLARO sob as penas da lei, que sou pessoa de idoneidade moral lícita a sociedade e órgãos públicos representativos dos poderes competentes, nada havendo que desabone minha conduta.

Conde - Paraíba, ____ de ____ de 2015.

Assinatura do declarante

Assinatura: _____
Nome: _____
Endereço: _____

Assinatura: _____
Nome: _____
Endereço: _____

ANEXO III**DECLARAÇÃO DE EXCLUSIVIDADE**

Eu, _____
Já qualificado na ficha de inscrição do processo de escolha do Conselho Tutelar de Conde-PB, **DECLARO** que terei dedicação exclusiva no exercício da função pública de Conselheiro Tutelar. Estou ciente da minha responsabilidade pela informação acima prestada e das consequências civil e penal dela decorrentes.

Conde – Paraíba, _____ / _____ / 2015.

Assinatura do Candidato(a)

RG. nº. _____
CPF sob o nº _____

ANEXO IV**DECLARAÇÃO DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS**

Eu, _____
_____, (nacionalidade), _____ (estado civil),
_____, (profissão), portador(a) da carteira de identidade
nº. _____, expedida pelo _____ em ____/____/____,
Inscrita no CPF/MF sob o nº. _____, residente e domiciliado na Cidade
de _____ e Estado do _____, à
Rua.: _____

DECLARO, para fins de direito, sob pena da lei, e em atendimento ao EDITAL nº 001/2015, que as informações constantes dos documentos que apresento para inscrição no processo seletivo dos membros do Conselho Tutelar de Conde-PB, para o quadriênio 2016/2019, são verdadeiras e autênticas (ou são fieis à verdade e condizentes com a realidade dos fatos à época). Fico ciente através desse documento que a falsidade dessa declaração configura crime previsto no Código Penal Brasileiro, e passível de apuração na forma da lei. Nada mais a declarar, e ciente das responsabilidades pelas declarações prestadas, firmo a presente.

Conde – Paraíba, _____ / _____ / 2015.

Assinatura do Candidato(a)

RG. nº. _____
CPF sob o nº. _____